

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – UFPR
SETOR LITORAL

AXEL BRESSAN DE OLIVEIRA

**OS EVENTOS E AS PRINCIPAIS TRANSFORMAÇÕES HISTÓRICAS NO
MUNICÍPIO DE MORRETES-PR 1721-1900**

MATINHOS

2017

AXEL BRESSAN DE OLIVEIRA

**OS EVENTOS E AS PRINCIPAIS TRANSFORMAÇÕES HISTÓRICAS NO
MUNICÍPIO DE MORRETES-PR 1721-1900**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Gestão Ambiental
da Universidade Federal do Paraná- Setor
Litoral, como requisito para à obtenção do
grau de Bacharel em Gestão Ambiental.


Orientador: Luiz Fernando de Carli Lautert.

MATINHOS

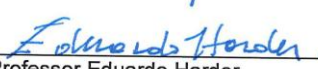
2017

ATA DE AVALIAÇÃO DA DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Ao seis dias do mês de julho de dois mil e dezessete, às dez horas, no Setor Litoral da Universidade Federal do Paraná, reuniu-se a banca avaliadora do trabalho de conclusão de curso, constituída pelo professor Eduardo Harder e Bruno Gurgatz sob a presidência do Orientador professor Luiz Carli Lautert. O Trabalho de Conclusão do Curso de Bacharelado em Gestão Ambiental, do aluno **AXEL BRESSAN DE OLIVEIRA** sob o título: **“Os Eventos e as Principais Transformações Históricas no Município de Morretes-PR 1721-1900”**, obteve o conceito APL. O aluno deverá efetuar as correções solicitadas pela banca e entregar a versão final em formato digital via CD-ROOM, até o dia vinte de julho de dois mil e dezessete, na assessoria da Câmara do curso de Gestão Ambiental.




Luiz Carli Lautert
Professor Orientador



Professor Eduardo Harder
Membro da banca avaliadora



Bruno Gurgatz
Membro da banca avaliadora



Axel Bressan de Oliveira

AGRADECIMENTOS

À minha mãe por todo apoio, incentivo e educação que me propiciaram e ajudaram a me tornar a pessoa que sou hoje, a toda minha família em especial Vivien Scarlett Serrano, minha irmã Michelle Bressan e minha Vó Marilene Alves Bressan por dividirem momentos de carinho e alegria.

Agradeço à minha amiga e companheira Letícia Cassilha Dal' Cortivo, por estar sempre ao meu lado, sempre disponível para me escutar, auxiliar e me dar apoio nos momentos difíceis.

Aos amigos da republica Delta Alexandre Arinz "Chester", Bruno Gurgatz, Otavio Girard, Dennis Bresolim, Dyego Ferreira, Douglas da Rosa, Elaine Paduch e Sidney Vikol por todos os debates e reflexões, nossos diálogos ficarão para sempre em minha memória.

Aos servidores da UFPR Litoral por contribuírem com minha formação acadêmica em especial aos professores Valdir Frigo Denardin, Eduardo Harder, Juliana Quadros e Liliane Tiepolo.

Ao Programa de Extensão Universitária Farinheiras do Litoral do Paraná, aos colegas e todos os envolvidos que fizeram parte e contribuíram nos projetos de extensão.

Agradeço também ao coordenador do programa e meu orientador Luiz Fernando de Carli Lautert por toda ajuda, conselho e tempo disponibilizado a este trabalho.

“O Paraná não é uma terra sem memória ou sem história. A questão passa pela percepção de como a sua classe dominante histórica construiu um pacto de silêncio sobre si própria e sobre a política regional. ”

Oliveira, 2005

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo um breve levantamento das principais transformações históricas ocorridas no Município de Morretes. Partindo do início da sua ocupação por aventureiros em busca de ouro nos rios da região, a sua colonização. Focando na iniciativa do governo provincial de instalação do projeto nova Itália e seus núcleos coloniais, a importância geográfica do município por ser a base das rotas comerciais da época através dos seus antigos caminhos coloniais. Os processos de industrialização do município pautado na produção de cachaça quando o ciclo da cana de açúcar vivia seu auge no Brasil colonial, além das transformações ocorridas através do mercado do mate que teve grande importância na consolidação e emancipação do estado, bem como a formação da chamada classe dominante ou burguesia paranaense que com seu acúmulo de riquezas e forte influência política sempre se beneficiaram frente aos governos e permanecem no poder até os dias de hoje.

Palavras-Chave: Transformações, Colônia, Morretes.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1- VIAJANTES (ESTRADA DA GRACIOSA)	13
FIGURA 2- ALAMBIQUE EM MORRETES	16
FIGURA 3- ESTAÇÃO FERROVIÁRIA DE ALEXANDRA.....	25
FIGURA 4- CASARÃO MALUCELLI	28

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 MORRETES	7
2.1 PRIMEIROS REGISTROS	8
2.2 VANTAGENS GEOGRÁFICAS	9
2.3 ESTRADA DA GRACIOSA.....	11
3 CICLOS ECONÔMICOS	14
3.1 CICLO DO OURO	14
3.2 CICLO DA CANA-DE-AÇÚCAR	15
3.3 CICLO DO MATE	16
4 COLINIZAÇÃO	19
4.1 EMPRESÁRIOS DA COLONIZAÇÃO	21
4.2 TERRAS DE NINGUÉM	23
4.3 COLÔNIA ALEXANDRA.....	24
4.4 INICIATIVA PROJETO NOVA ITÁLIA	26
5 PROVÍNCIA DO PARANÁ	28
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	30
7 REFERÊNCIAS	32
ANEXO 1- MEMORIAL DE TRAJETÓRIA ACADÊMICA	35
PROJETO DE APRENDIZAGEM.....	35
VIVÊNCIAS	36
INTERAÇÕES CULTURAIS E HUMANÍSTICAS	37

1 INTRODUÇÃO

História é um campo da ciência que estuda principalmente o desenvolvimento do homem no tempo, consiste em analisar os processos históricos, personagens e fatos para tentar compreender um determinado período histórico, a fim de resgatar determinados aspectos culturais, seja de povos ou regiões, para compreender seus processos de desenvolvimento. Utilizando este conceito, o presente trabalho busca retratar as questões chave que permearam o desenvolvimento do município de Morretes, para tal, foram analisados fatos históricos que resultaram em transformações ou mudanças em diferentes épocas.

Milton Santos, em seu livro “A Natureza do Espaço”, destaca que os eventos são agentes transformadores, são ações que acontecem em um dado instante ou em uma fração do tempo, capaz de mudar formas, transformar os objetos, Santos divide os eventos em naturais (uma enchente ou terremoto), que resultam basicamente da ação da natureza e sociais ou históricos, estes são produtos da ação humana (construção de uma ferrovia, um comício), são resultados das interações entre os humanos, dos seus efeitos sobre os dados naturais. Diante desta perspectiva destacaremos os eventos que tiveram maior relevância política e econômica na região de Morretes.

A pesquisa se deu basicamente por meio de livros, artigos, teses, matérias de jornais, que mencionassem fatos ou tratasse de alguma forma do assunto, os resultados foram sintetizados e ordenados de modo que facilitassem a compreensão do leitor.

2 MORRETES

Morretes foi fundada no dia 31 de outubro de 1733, pelo Ouvidor Rafael Pires Pardini (MORRETES, 2012). O povoamento havia iniciado em 1721 quando a Câmara de Paranaguá determinou que medissem e demarcassem trezentas braças em quadra para localizar a sede da futura povoação (MORRETES, 2005). Hoje, o local é conhecido como Marco Zero e fica à

margem do rio Nhundiaquara no centro da Cidade. Seus primeiros moradores foram aventureiros e mineradores, vindos de Vilas e povoações paulistas em 1646, motivados pelas descobertas de jazidas de ouro na região. Em 1941, o município de Morretes foi desmembrado de Antonina, e elevou-se a categoria município.

Possui área de 684.580 km², pertencente ao bioma da mata atlântica, conta com grande variedade de espécies de fauna e flora, tendo seu território relativamente preservado. Atualmente a população total do município é de 15.718 habitantes (IBGE 2010), a economia do município gira em torno da agricultura e do setor de serviços, sendo esse o mais expressivo, contemplado basicamente pela atividade turística.

2.1 PRIMEIROS REGISTROS

Os primeiros registros de excursão no litoral paranaense são datados no livro *Viagens e Cativo entre os Índios no Brasil*, do autor Hans Staden no ano de 1549. Ele trata de incursões de portugueses de São Vicente, a península de Superaguí a procura de índios Tupiniquins, para trabalho forçado, voltados principalmente para extração de madeira de lei.

Durante este período os povoadores da capitania de São Vicente organizaram diversas excursões pela costa litorânea paranaense, contudo não se aventuraram serra acima, que viria a ser explorado anos mais tarde. (Martins, 1941)

A região onde hoje se encontra o município de Paranaguá foi a primeira do estado a ser povoada, atraídos por metais preciosos vários aventureiros vindos principalmente de São Paulo se instalaram na região. Em 1660 a região se tornou capitania por conta das atividades auríferas, nesse mesmo contexto, é fundado o município de Curitiba.

Porém foi na região Centro Oeste que o ouro foi encontrado com maior abundância, chamando atenção da Coroa Portuguesa. Assim, em 1710 foi fundada a Capitania Geral de São Paulo, que abrangia os territórios das capitanias de Paranaguá, São Vicente, Santo Amaro, Minas Gerais, Goiás,

Mato Grosso e se estendia para o Sul da colônia. (Severino 2009, apud Piori 2012)

2.2 VANTAGENS GEOGRÁFICAS

Como veremos mais adiante, Morretes exerceu um papel fundamental na emancipação política e econômica no estado do Paraná, principalmente por sua posição geográfica. Devido as dificuldades de locomoção e transporte de mercadorias o município era parada quase que obrigatória aos viajantes de Curitiba com destino a Paranaguá ou vice-versa.

As grandes embarcações eram o único meio de comércio internacional na época, favorecendo os municípios que possuíam portos marítimos. Morretes detinha dois portos fluviais navegáveis por embarcações de pequeno a médio porte, logo se viu a necessidade de se firmar o contrato de passagens no ano de 1777, que era uma forma de tributação de fretes entre a serra e o litoral imposta aos comerciantes pela Junta da fazenda (Santos, 1851). Morretes ficou com duas paragens, uma em cada porto, uma vez que o transporte fluvial era mais seguro devido a precariedade das estradas, fazendo assim a ligação Curitiba-Paranaguá, o transporte Morretes-Curitiba era feito por mulas e carroças e dependendo das condições climáticas poderiam levar de dois a três dias de viagens.

Abaixo uma síntese dos registros feitos pela Câmara de Paranaguá, retirados do livro Memória Histórica do Município de Morretes do autor Antonio Vieira dos Santos:

Contrato firmado pela Fazenda Real então representante do Rei de Portugal Dom João, com os portos de Guaratuba, Padre Veiga e Porto de Cima em Morretes e Paranaguá no ano de 1721. No contrato ficavam responsáveis pelas cobranças os oficiais das Câmaras de cada Município, segundo consta no livro 2º Título 26 parágrafo 8º- “Os Offeçiaes da Cmará arbitrarão o que cada pessoa deve pagar nos ditos pôrtos segundo as distançias que houver, e trabalhos que se tiver,

em os passar, e os moradores desta Villa que forem, e vierem, aos ditos pôrtos, em suas embarcações não pagaram couza alguma, más as não poderão alugar a outras pessoas em prejuizo dos Rendeiros sobre o que farão suas posturas e acordãos”-. (Santos, 1851)

De acordo com Santos (1851) no ano de 1723 foi feito o primeiro arrendamento de passagens da vila de Paranaguá para Curitiba, como esta redigido no livro de regência da Câmara de Paranaguá, folha 78 vº do theor Seg.

-“Thimoteo Corrêa de Goes Provedôr, e contador da Fazenda Real nestas Capitâneas de São Vicente e Conseqção, e nelas Juiz d’ Alfandega por sua Magestade que Deos Guarde, e Vedôr Geral da Infantaria de Praça de Santos, etc. etc”.

Por este Meu Alvará de arrendamento sendo por mim assignado. Faço saber aos senhores da Camará da Villa de Paranaguá que João Francisco, Netto, arrematou nesta Provedoria a passagem do Cubatão da dita Villa por preço e quantia de quarenta, e oito mil reis livres para sua Magestade, pelos três annos, que hão de comêçar em primeiro de Agosto do prezente anno, e hão de acabar no ultimo de Julho de 1726 annos; a qual a qual passagem disse, que arrematava para o capitão Francisco Rangel morador na dita Villa pelo que requeiro a Vm, conhecerão ao dito Francisco Rangel, por rendeiro da dita passagem, fazendo-lhes guardar, seus privilégios e dando-lhe todo o favor, e ajuda que pedida lhe for para a boa arrecadação e cobrança do dito arrendamênto - Dado nesta Villa de Santos sob meu signál somênte aos 28 do mez de Abril de 1723; e Eu Bento da Cruz Carneiro Escrivão da Fazenda Real e Almojarife, que escrevy – Thimoteo Corrêa de Góes.”

Após a implantação do contrato o então chamado Porto de Cima recebeu o nome oficial de Porto Real, voltando ao antigo nome anos mais tarde.

2.3 ESTRADA DA GRACIOSA

No ano de 1721 o Ouvidor Geral Rafael Pires Pardiniho deixou redigido nos livros da Câmara de Morretes, provimento para se fazerem as roçadas e limpezas na estrada da serra, de modo que o caminho ficasse “largo” o suficiente para que passassem animais de grande porte (mulas, bois), bem como carroças e transportes do gênero.

Em 1722 foi expedida uma portaria pelo General da Capitania no dia 28 de Maio para a Câmara de Paranaguá, determinando que fosse feita a limpeza do caminho da serra, como consta registrado na folha 112 do livro da Câmara de Paranaguá. (Santos, 1851)

“Por me representarem os offeçiaés do senádo da Camara, e mais moradóres de Coritiba, a incapacidade do Caminho que vai d’ aquella Villa para a de Paranaguá, e por ser utilidade pública, e bem commúm para todos ps moradores de hua, e outra Villa se fas importante e preçizo que huns, e outros concôrrão para o conçerto do dito caminho cabendo a cada parte a metade délle. Pelo que ordéno aos Offeçiaes da Camara da villa de Paranaguá, e ao seu Capitão mór, hajão de azer com a maior brevidade possivel esta obra de cuja conveniençiacábe a todos igual parte, e lhes ordeno cuidem muito em que, se faça com tal dispozisção, e regularidade que evite o conçertarem-se em breves tempos de nôvoconçerto. Santos 28 de Maio de 1722 Antonio da Silva Caldeira Piméntel” (Santos, 1851, pg 26).

Afonso Botelho de São Paio e Souza, então governador da Villa de Paranaguá, mandou abrir e roçar novamente o caminho que iniciava-se no Porto de Cima e se prolongava até a fazenda Borda do Campo em Curitiba, para que pudessem passar as expedições militares destinados a explorar os campos de Guarapuava, que na época era de pouco conhecimento, e para esta função ordenou o Capitão Antônio Francisco com o prazo de 2 meses para conclusão do serviço, foi então que mudou o caminho velho que era mais longo pois contornava a serra. O caminho novo foi aberto a poder de fogo por entre rochas de maneira que não desviasse muito de um sentido reto ficado assim aquela localidade conhecida como cadeado, pois muito lembrava o

objeto, este trecho era um dos mais temidos por conta dos desfiladeiros em volta.

Porém, a Ouvidoria Geral da Capitania teria recebido constantes reclamações, por conta da péssima condição da estrada principalmente no trecho do cadeado como consta o requerimento do Guarda Mór Manoel Gonçalves Guimarães, no qual alegava que o caminho de Curitiba para o litoral se encontrava arruinado e incapaz de se transitar com animais carregados causando grandes transtornos aos viajantes, pelo qual o Ouvidor geral deferiu despacho para a Câmara de Paranaguá para que deixasse a estrada em condições de uso.

A Câmara de Paranaguá, vendo a dificuldade do conserto da estrada principalmente no cadeado teria apresentado a Ouvidoria Geral um projeto para que abandonasse esse caminho e viesse a fazer uso do caminho antigo, que, segundo eles, seria mais fácil de manter em boas condições, além da estrada velha não apresentar tanto perigo e que este era o desejo dos comerciantes de Curitiba.

No ano de 1781 Francisco de Araujo Lêmes se propôs a abrir uma “picada” que serviria de estrada segundo ele havia outro caminho, de seu conhecimento que não passava pelo trecho chamado de cadeado, cobrando da Câmara a quantia de 12 mil réis se caso se comprovasse que o caminho levaria a vila de Curitiba, no que a Câmara teria concordado com a proposta.

Em 1804 foi celebrada a abertura do caminho velho da Graciosa pelos moradores de Antonina e Morretes, que eram forçados a irem trabalhar na estrada pelo Capitão mór Francisco Rodrigues Ferreira, foram três anos de sacrifícios para estes moradores que caso não obedecessem às ordens do Capitão eram severamente castigados.

No ano de 1819 as estradas ainda não estavam em boas condições e estava em discussão qual estrada o governo iria subsidiar o caminho velho que iria até o Porto de Cima ou a estrada da Graciosa que ia de Antonina a Curitiba, Morretes tinha em defesa que o Caminho velho era mais perto poupando aos viajantes tempo, além do caminho conter pontos de paragens com pastos para os animais. Já a Câmara Antonina dizia ser a sua estrada era menos perigosa que a de Morretes além de ser mais plana e precisar apenas de algumas roçadas, enquanto que o Caminho que ia até Morretes necessitava

de aterros, cortes de rochas construção de pontes e etc. Antonina também tinha vantagem no Porto pois o seu era navegável a grandes embarcações enquanto que no Porto de Cima apenas canoas conseguiam fazer o percurso. A estrada que recebesse o subsídio traria diversos benefícios ao comércio do Município escolhido pois iria fortalecer as relações com os até então Polos econômicos da época enquanto que por sua vez arruinaria o comércio do Município excluído.

Então em 1820 as Câmaras de Curitiba, Morretes, Antonina e Paranaguá entraram em acordo com o governo o caminho escolhido foi o de Morretes, pois também era escolha da Vila de Curitiba por ser mais curto. Este caminho iria até o local do Porto de Cima e então seguiria até Antonina e de lá para Paranaguá assim todos os municípios teriam os viajantes e poderiam manter suas exportações e importações. O General da Capitania mandou abrir caminho do Porto de Cima em Morretes até Antonina, caminho este que existe até os dias de hoje.

FIGURA 01 - Viajantes (Estrada da Graciosa)



Fonte: Instituto Histórico e Geográfico do Paraná

3 CICLOS ECONÔMICOS

3.1 CICLO DO OURO

O primeiro ciclo econômico na região de Morretes foi à atividade aurífera, que atraiu seus primeiros moradores em meados de 1646, a notícia de que fora encontrado ouro nos rios da região e que as terras eram ricas em metais preciosos atraiu diversos aventureiros na maioria vindos de São Paulo.

Antônio Vieira dos Santos faz importantes registros sobre as atividades de mineração na região, que segundo ele teve seu auge no período que compreende os anos de 1665 até 1725. Nesse período muito ouro foi extraído e muitas famílias construíram sua riqueza com a atividade aurífera nas minas da região, a destacar as minas de Panajos, que, segundo Antônio Vieira, eram muito abundantes e que foi extraído bastante ouro, era de propriedade do Sargento Mór Domingos Cardôzo Lima, este, possuía muitos escravos e era detentor de riquezas oriundas de minas em Açongui e que veio a se estabelecer no Rio do Pinto. Santos ressalta que até mesmo suas escravas usavam em seus pescoços adornos de ouro e que Domingos também era dono de muitas propriedades.

Mina do Pantanal pertencente ao Capitão Manoel Correia Mathozo onde foi extraído ouro fino, Limoéiro pertencente a Luiz de Chavez localizada na estrada do Arraial, Ribeirão nos Morros da Cárreia pertencentes a Antonio Gomes Setubal, Uvápondûva em Canguiry o Capitão Manoel GonçalvesCarréia, Cariôca do capitão Antonio da Silva Brága, e as do pau vermelho que segundo Santos era um bairro onde se localizava diversas lavras onde se extraíram bastante ouro, de acordo com ele todos os proprietários possuíam bastantes escravos. Santos ressalta que além de ouro, era encontrado no município diversos metais, tais como: Ferro, Cobre, Estanho, Zinco, Chumbo, Antimônio, Platina, Prata, Arsênio e Mercúrio

3.2 CICLO DA CANA-DE-AÇÚCAR

Principal atividade econômica no Brasil colônia, foi explorado principalmente no litoral nordestino onde as condições do clima e o solo favorecem a cultura da cana, tornando o Brasil o maior produtor de açúcar do mundo.

Tendo seu sistema econômico estruturado no modelo conhecido como *plantation* consiste de três elementos básicos, latifúndio, monocultura e trabalho escravo, dando início às grandes propriedades rurais e a sociedade patriarcal e escravocrata (Naritomi 2007).

Logo, grandes porcentagens de terras foram distribuídas a quem possuía dotes ou obtinha alguma relação com a coroa dando início às desigualdades da estrutura fundiária existentes até os dias de hoje.

No município de Morretes a cultura da cana de açúcar surge como alternativa para os colonos da região, como vimos anteriormente a situação dos imigrantes era de praticamente total abandono, o açúcar já não vivia seu auge comercial muito em decorrência ao crescimento de outros pólos comerciais, como o mercado holandês, por exemplo, que causaram grandes perdas ao comércio brasileiro (Morretes, 2005).

Surge então a produção de cachaça, que servia como moeda de troca entre os senhores de escravos, com o tempo a cachaça começa a ganhar valor no mercado e com iniciativa do poder público é construído entre os anos de 1875 e 1877 o engenho central em Morretes, considerado o marco industrial no município o engenho tratou de centralizar as atividades de produção de cachaça, fazendo todo o processo de beneficiamento. Aos colonos ficou a função de plantar e colher a cana de açúcar, porém o baixo preço pago à eles fez com que muitos buscassem alternativas para produzir a cachaça, desta forma muitos produtores, conhecendo o processo de beneficiamento optaram por construir pequenos engenhos em suas propriedades, sem o fornecimento da matéria- prima o engenho central finalizou suas operações (Morretes, 2005).

Com o crescimento do plantio de cana e a desativação do engenho central o foco da produção industrial se voltou para a usina central com a produção de açúcar granulado, mas com o aumento da produção de aguardente em grandes destilarias e a concorrência com o estado de São

Paulo na produção e venda do açúcar granulado, acabaram sendo empecilhos para consolidação da atividade, logo a usina central também encerrou suas atividades. Nos dias de hoje, a cachaça morretense é reconhecida internacionalmente estando entre as melhores do mundo, algumas destilarias ainda mantêm os antigos e equipamentos da época colonial mantendo a cultura que foi tão importante para o município (Morretes, 2005).

FIGURA 02- Alambique em Morretes



Fonte: Instituto Mirtillo Trombini Séc. 19

3.3 CICLO DO MATE

O mate é originário da região subtropical da América do Sul, no Brasil, sua área natural de abrangência compreende o norte do Rio Grande do Sul, os planaltos de Santa Catarina e do Paraná, além da região sul do Mato Grosso do Sul.

A erva mate ou *Ilexparaguariensis* foi datada em 1820 pelo botânico aventureiro Auguste de Saint-Hilaire após contato com a árvore no Paraguai,

em umas de suas viagens. A ocupação espanhola do Paraguai e da região de Guaíra estrutura a economia do mate com o trabalho forçado dos guaranis. Com a chegada dos jesuítas e a percepção do papel do mate na vida dos colonos e índios, organiza-se toda uma rede econômica como forma de integração e controle na vida política das grandes missões jesuíticas. O mate, que chegou a ser uma bebida proibida, deixa de ser recriminado e torna-se um dos esteios da organização econômica e ideológica dos jesuítas na região. (LINHARES, 1969 apud OLIVEIRA)

Os interesses envolvidos no controle do mercado do mate, principalmente com o beneficiamento da erva por meio de trabalho escravo, está relacionado com a grande lucratividade do negócio, uma vez que o mate era abundante na região. Rapidamente o consumo de mate se espalha ao longo da América do Sul.

Segundo Oliveira (2005) com as incursões bandeirantes, Portugal ganha acesso as regiões naturais da erva-mate a leste do Paraná com a destruição e o despovoamento das missões de Guairá. Inicialmente o mate era mais conhecido entre os luso-brasileiros pelo termo congonha. Esta palavra seria de origem caingangue (Martins 1996, p. 2). Mas, através do grande comércio com o mercado do Prata, em meados de 1835, o termo mate passa a ser mais utilizado (MARTINS, 1996).

Podemos citar dois grandes acontecimentos que ajudaram a consolidar o mercado ervateiro, a abertura dos portos em 1808 com a vinda da Família Real e a independência dos países platinos. Para Oliveira (2005), com a abertura dos portos, o comércio exterior e o intercâmbio de pessoas, mercadorias e informações tornam-se mais fluentes. Santos (1851) ressalta que no ano de 1850, 234 embarcações atracaram nos portos brasileiros e 215 teriam partido rumo às várias nações da Europa e este aumento no movimento de embarcações seria por conta das exportações da erva mate. Já o processo de independência do Paraguai obstaculiza o seu comércio de erva-mate com a Argentina. O Uruguai foi temporariamente incorporado ao Brasil. Novas oportunidades para a erva-mate paranaense se viabilizam frente àquelas transformações de ordem política internacional.

No ano de 1820 o mate era beneficiado em Curitiba e na Lapa por trabalho escravo de índios e negros. Com a crescente demanda foi necessário

trazer trabalhadores que tivessem conhecimento de técnicas mais qualificadas, a fim de melhorar o produto. Como os países hispano americanos detinham essas técnicas de processamento e comercialização mais especializada, foram trazidos para o Paraná, o que acarretaria em grandes transformações no mercado do mate.

Saint Hilaire relata que em uma de suas passagens pelo Paraná pela fazenda Borda do Campo, no sopé do planalto com a Serra do Mar, ele tem a oportunidade de presenciar o novo processo de beneficiamento do mate, e que o responsável pela utilização da nova técnica era um paraguaio que teria abandonado seu país por conta da guerra. Pouco tempo depois Saint Hilaire relata também uma conversa no porto de Paranaguá, com um capitão de um barco, que estaria transportando um carregamento de mate para o porto de Montevideú no Uruguai.

Antônio Vieira dos Santos ressalta a importância da cultura ervateira para a economia no Paraná, salientando que antes da chegada da erva no porto de Paranaguá o comércio marítimo estava estagnado e que se não fosse por causa do mate as relações de importações e exportações com os portos de Montevideú, Buenos Aires e Valparaíso não existiriam. Ainda, de acordo com Santos, houve grandes investimentos em edifícios urbanos em Paranaguá, pela promessa de elevação de vila para categoria de cidade, ressalta também as transformações urbanas nas vilas de Antonina e Curitiba bem como na freguesia de Morretes, tudo, segundo ele atribuído à influência do comércio marítimo que foi produzido pela erva mate (Santos, 1851. p. 207).

Vieira dos Santos destaca ainda que toda essa transformação econômica foi em grande parte trazida por um determinado espanhol, em suas palavras, “todo este bem geral, foi devido ao espanhol Dom Francisco de Alzaragay - natural de Panannã especulador activo que vendo estagnado o commercio que havia da herva Paraguaya com Buenos Ayres quis suppriraquella falta, introduzindo a deste paiznaquelle mercado e achando ter merecimento e aprovação para ali encaminhou seu commercio estabelecendo a primeira fábrica de seu beneficiamento em Paranaguá, e por esta maneira illustrandoaos negociantes de Paranaguá que estavam bem aleios de hua semelhante especulação fomentando suas cobiças, e encaminharão tambem suas especulações mercantis da mesma erva e que diversos enriquecerão,

quanto louvor não deve ter entre nós aquelle Portenho hespanhol que fez dar um forte gáz ao commercio agricultura e industria proveniente da hervamate? e olharmos o progresivo augmento que teve a Villa de Antonina e Freguesia de Morretes, nos muitos ediffiçios e fabricas que levantarão não e devido a este mesmo commercio, pois só nesta freguesia se contão 13 fabricas ”(Santos, 1851. p 207).

Com a consolidação do mercado ervateiro, o impacto na sociedade paranaense é considerável, segundo Oliveira em tempos nacionais o Paraná era uma unidade pequena, logo as transformações regionais representam uma pequena escala na esfera nacional. Claro que com uma atividade tão rentável surge uma pequena parcela que se beneficia dos maiores lucros, neste cenário surge à utilização do conceito de burguesia para a determinação da classe dominante ervateira.

Com a crescente demanda na produção do mate, passam a surgir diversos engenhos em Morretes, principalmente por conta dos rios, uma vez que o maquinário utilizado era movido por rodas d'água, além da questão geográfica como vimos anteriormente, contribuindo assim para a construção de uma nova classe social a burguesia do mate.

A formação da burguesia industrial exportadora do mate é formada basicamente dos detentores dos meios de comercialização já existentes na época, ou seja, os mesmos senhorios donos de escravos, políticos do alto escalão, donos de grandes fazendas e engenhos de café, arroz mandioca e cana.

4 COLONIZAÇÃO

O período entre 1854 e 1874 pode ser considerado como o início do movimento de criação das colônias na província do Paraná, podemos considerar como principal fator a introdução deste movimento a proibição do tráfico de escravos pela lei Eusébio Queiroz em 1850. Os grandes proprietários

de terra se viram com dificuldades para manter suas produções em alta e passaram a pressionar os representantes do governo a tomar atitudes, uma das opções encontradas foi substituir a mão de obra, antes escrava, por imigrantes preferencialmente agricultores para suprir a demanda nas grandes fazendas, nesse momento a Europa passava por diversas dificuldades principalmente por conta da forte crise agrícola que culminou em diversas revoluções no período entre 1830 e 1850, resultando em um êxodo em massa (Nishikawa, 2007).

No cenário Brasileiro essa problemática vivida na Europa passou a ser vista como uma oportunidade de conseguir mão de obra para as grandes plantações nas fazendas, uma vez que o tráfico de escravos estava proibido, outro fato que precisa ser ressaltado é a criação da lei de terras em 18 de novembro de 1850, essa lei garantia que posseiros, sesmeiros, grileiros, agregados dentre outros não teriam suas propriedades confiscadas, nem estariam sujeitos a outros riscos que estivessem relacionados a perder suas terras.

Na província do Paraná o sistema de colonização difere dos demais, segundo RAMBO (2003, apud Nishikawa, 2007 p. 13-15) em São Paulo, por exemplo, a imigração serviria para incorporar os trabalhos nas fazendas de café, enquanto que no sul a imigração européia deveria seguir as bases de uma economia agrícola em pequenas propriedades, que estaria alicerçada na distribuição de pequenos lotes para o desenvolvimento da agricultura familiar.

A utilização desta política proporcionou as colônias a manutenção de suas características próprias, os colonos “ganhariam” terras para residir e trabalhar mediante um contrato assinado. As colônias estabelecidas na província eram destinadas ao abastecimento do mercado interno e, portanto, estavam centradas em outra categoria. Esses colonos trabalhavam na terra com a possibilidade de se tornarem proprietários, caso conseguissem pagar suas dívidas com seus contratantes. (NISHIKAWA, 2007).

A província paranaense passou então a investir em atrativos para conseguir trabalhadores, como por exemplo, especificações registradas em seus contratos garantindo certos benefícios, o contrato também exigia alguns deveres e condições para os colonos tomarem posse da terra, esses contratos

tinham o objetivo de assegurar para os representantes do estado quais deveres e direitos seriam cumpridos.

Alguns autores como Nishikawa (2007) afirmam que essa política imigratória utilizada pelas províncias se tratavam de estratégias para sanar problemas demográficos pois as regiões eram bastante extensas, além de questões militares pois a formação de colônias protegeriam o estado de eventuais invasões de outras províncias e países, pode-se concluir também que se tratavam de políticas de “embranquecimento” e “civilização” da população uma vez que os ex escravos e principalmente os indígenas eram tidos como “selvagens” e “atrasados”.

Assim em tese solucionariam as problemáticas do chamado vazio demográfico, alocando os colonos e terras que pertenciam ao estado. Nishikawa (2007) também ressalta que essas políticas utilizadas no Brasil eram de total exclusão dos negros na agricultura, sobe o pretexto de que o negro não era benéfico para essas atividades foi criado um projeto em 1848, intitulado fazenda normal da agricultura, em seu segundo parágrafo deixava bem claro a nova política adotada pelas províncias.

“(...) a exclusão de africanos livres ou libertos para os trabalhos práticos da mesma escola, sendo substituídos por homens livres que tenham a idade e a robustez necessária para estes trabalhos.”

4.1 EMPRESÁRIOS DA COLONIZAÇÃO

Com o projeto de colonização feito, surgiram dois principais desafios para os governantes da província, atrair os imigrantes e fazer com que permaneçam em suas terras. O Paraná tinha concorrência com as diversas províncias brasileiras, além de outros países como Argentina e Peru, diversas propagandas começaram a ser feitas, como a fertilidade do solo, o clima favorável, benefícios exclusivos e etc, porém não surtiram o efeito esperado. É nesse quadro que surgem um dos mais importantes personagens da colonização paranaense, os “Empresários da Imigração”, que mais tarde deram

origem as empresas de colonização como a Companhia de Terras Norte do Paraná (CTNP), subsidiária da *Paraná Plantations Syndicate*, com sede em Londres, foi por meio desta companhia que surgiram importantes cidades paranaenses como Londrina, Maringá e Cianorte. (NISHIKAWA, 2007)

Esse empresário desempenhava o papel crucial de atrair e alocar os colonos na recém formada província, dentre suas atividades estava a de trazer, negociar, controlar e inaugurar as colônias na província paranaense. Sendo a maioria pessoas que possuíam profissões de destaque como médicos, advogados e engenheiros, tinham poder perante os governantes além de causar boas impressões no público alvo, pois os empresários eram vistos como “uma garantia a mais” de que o governo cumpriria com suas promessas.

Em 1855, o governo já se movimentava a fim de criar leis que possibilitaram a chegada dos colonos como a lei número 29 do mesmo ano que em seu primeiro parágrafo dizia:

Art. 1º - Fica o governo autorizado a promover a imigração de estrangeiros para esta província, empregando neste sentido os meios que julgar mais convenientes, e preferindo sempre atrair os colonos e demais estrangeiros que já se acharem em qualquer das províncias do Brasil.

Em 1856, já havia registro de quatro colônias estabelecidas na província. A primeira foi a do Rio Negro, fundada em 6 de fevereiro de 1829. Há relatos que em 1830, imigrantes Alemães desembarcaram no porto de Antonina, de lá se dirigiram à colônia do Rio Negro ficando em abandono absoluto, não demorando para partirem rumo a capital.

Em 1852 foi fundada no litoral do Paraná a colônia de Superagui pelos empresários Carlos Parret Gentil, Jorge Carlos Melly e Augusto Parret Gentil. Essa colônia também estava com dificuldades uma vez que segundo os diretores, a colônia estava custando muito aos cofres da província. Em seguida, colônia militar de Jatahi localizada entre a margem do rio Tibagi e Jataí, era dirigida pelo comandante Thomaz José Muniz contando com 100

peçoas, onde, segundo o diretor da mesma, não conseguiu aumentar a produção na colônia por muitos não ter aptidão ao trabalho pesado sejam por serem de idade avançada ou por problemas físicos, ainda relata que alguns estavam “aferrados a vadiagem”.

Nenhuma dessas três prosperaram como o esperado, a única considerada com bons proveitos foi a colônia Thereza fundada em 1847 pelo Dr João Mauricio Faivre, constavam 79 franceses, mas quase todos abandonaram a colônia por conta das dificuldades encontradas. Porém o número de colonos brasileiros vindos de cidades vizinhas aumentava consideravelmente, em 1856 a colônia contava com 19 franceses e 171 brasileiros, e exportavam produtos como cana, café, tabaco, algodão, arroz e frutas.

4.2 TERRAS DE NINGUÉM

Como vimos, os governantes das províncias investiram bastante tempo e recursos no projeto de colonização utilizando diversos pretextos, como solucionar os supostos problemas dos vazios demográficos. Será que esse sistema de desenvolvimento era o apropriado para a época? O que estaria reservado para as populações excluídas pelo movimento de colonização? Como dito anteriormente os negros eram considerados impróprios para o serviço e teriam que ser substituídos por homens brancos. Quais os resultados dessas políticas adotadas?

Os negros foram trazidos contra sua vontade, para uma região totalmente nova e desconhecida, com costumes diferentes, foram escravizados trabalhando de sol a sol nas grandes fazendas e quando são finalmente “libertados” se encontram com outro problema: não ter onde morar e nenhuma formação para trabalhar, além de não serem aceitos nas colônias. Como resultado da falta de políticas perante essa população podemos apontar a origem de um dos maiores problemas sociais no Brasil, a formação dos chamados aglomerados subnormais no Brasil, as populares favelas, era onde os ex escravos sem terras e sem opções de trabalhos iam morar. Na época esses assentamentos eram conhecidos como “bairros africanos”.

As populações indígenas também sentem o reflexo das políticas imigratórias até os dias de hoje, muitas etnias ainda não possuem suas terras demarcadas e vivem em conflitos com colonos principalmente no sul do Brasil. Com o sistema de colonização sendo implantado, nem sequer foi cogitado reconhecer a cultura indígena. Os governantes da província tentaram incorporar as etnias em colônias indígenas, o que claro não deu certo, pois muitas etnias eram rivais umas das outras, além de não possuírem os costumes e práticas do sistema de agricultura Europeu, o que ocasionou em diversos conflitos. Segundo dados da FUNAI (Fundação Nacional do Índio) a estimativa é de que a população indígena no Brasil antes da chegada dos Portugueses era cerca de 10 milhões de indivíduos, hoje, de acordo com o censo de 2010 do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) a população que se declara indígena no Brasil é cerca de 900 mil indivíduos.

Zacarias de Góes e Vasconcellos, dentre os presidentes da província paranaense, sem dúvidas, foi o que mais apoiou e investiu esforços no movimento de colonização europeia, para ele a colonização feita por Europeus traria cultura e “civilização” para um povo que há muito precisava, a base de seu projeto “civilizador” estava em catequizar os índios e no povoamento da província.

Em vários relatórios, apresenta soluções para educar e civilizar os povos indígenas por meio da catequese, fato comprovado com o acordo do Doutor Faivre dirigente da colônia Thereza, onde teria pedido uma ajuda de capital para sua colônia perante ao governo, pedido que foi aceito por Zacarias de Góes, mas em troca teria posto algumas condições, entre elas, que a colônia se encarregaria da catequese indígena na região, além da abertura de estradas e do comprometimento da fundação de mais duas colônias.

4.3 COLONIA ALEXANDRA

No ano de 1872 o empresário Savino Tripotti fundou a colônia Alexandra em Paranaguá. Ao analisar os relatos dos Italianos chegados à colônia, diversas foram as reclamações. Os colonos acusavam Tripotti de

enganá-los, as terras ficavam em lugares de difícil acesso, sem estradas e com densas matas que dificultavam o incremento da agricultura, pois o solo não estava preparado. Os colonos não possuíam o auxílio de ferramentas e não tinham nem mesmo sementes para começar o plantio, estima-se que mais de 800 imigrantes chegaram à colônia e ficaram em repleto estado de abandono, conforme matéria do jornal da época, “O 19 de Dezembro”, ao verificar a situação dos colonos muitos estavam em situação precária, sem alimentos, muitos tiveram que vender suas roupas para poder comprar comida, ficando apenas com a que estava no corpo, além das enfermidades que atingiam com frequência o cotidiano dos colonos, outra reclamação era o clima do litoral paranaense, muito úmido e quente, totalmente contrário da terra natal dos imigrantes (NISHIKAWA, 2007).

Savino Tripotti alegando falta de apoio da província e dizendo não possuir recursos para manter os imigrantes abandonou a colônia deixando os colonos a mercê de suas duras realidades. Fazendo assim o governo provincial tomar atitudes como a criação de núcleos coloniais em Morretes e Curitiba, para transferir os colonos.

FIGURA 03 - Estação Ferroviária de Alexandra



Fonte: Max Kopf, Instituto Histórico e Geográfico do Paraná.

4.4 INICIATIVA PROJETO NOVA ITÁLIA

Em virtude dessas questões citadas acima, o governo provincial criou a colônia Nova Itália no dia 22 de abril de 1877, com o objetivo de receber os imigrantes que se recusaram ficar em Alexandra, como também as novas levas de italianos que continuavam a chegar. Esse novo empreendimento tinha a sede em Morretes e abrangia o total de doze núcleos coloniais, estendendo-se até Antonina.

A situação em Morretes não melhorou muito, o isolamento dos imigrantes, as distâncias dos núcleos que somados a precariedade das estradas dificultava muito o escoamento da produção.

A região havia sido escolhida por conta de suas terras férteis, mas o local continuava com o clima típico do litoral, o Governo provincial havia demarcado mais de 500 lotes para os colonos, porém poucas casas teriam sido construídas, Em Janeiro de 1878, época em que o Governo da Província designou o engenheiro André Braz Chlaréo Júnior para assumir a direção dessa colônia, a situação dos imigrantes era lastimável. Em barracões e em casas alugadas, mais de 800 famílias aguardavam seu estabelecimento, completamente inativas.

Em março de 1879 o Presidente da Província foi pessoalmente verificar a situação dos colonos e estimular a formação de lotes e respectivas casas que então eram apenas 150, restando assim, sem destino, cerca de 3.000 colonos, número que, posteriormente, aumentou. Sendo grande parte de imigrantes natural do norte da Itália, “estes estranharam o clima de Morretes, sendo por isso transferidos para as colônias Alfredo Chaves, Antônio Rebouças, Novo Tirol, Muricí e Inspetor Carvalho, no planalto de Curitiba” (Martins, 1941. p. 150).

O jornal “O 19 de Dezembro” também ilustrou as problemáticas enfrentadas pelos colonos, muitos estavam alojados em barracões a 2 anos, a espera de suas terras prometidas, em conformidade com a matéria do jornal, havia cerca de 700 colonos nesses barracões e após as seguintes levas de imigrantes este número teria aumentado para mais de 3000, os imigrantes

reclamavam da falta de alimentos e da qualidade dos mesmos, condições de higiene precária e do abandono por parte do Governo provincial(Martins, 1941).

Nenhum dos núcleos coloniais do projeto Nova Itália prosperou, 4 anos após a criação da colônia no ano de 1881 em recenseamento feito pelo presidente João José Pedrosa foram localizadas 543 famílias com 2.296 pessoas. Com a seguinte distribuição nos núcleos da colônia nova Itália:

1. Rio do pinto, com 242 habitantes italianos e 14 nacionais;
2. Sesmaria, com 620 habitantes;
3. Sítio Grande e Carí, com 248 habitantes;
4. América, reconstituída, em 1877, sob a denominação de Nossa Senhora do Porto, com 115 habitantes (36 suíços, 32 franceses, 23 alemães, 20 brasileiros e 4 italianos) instalados em casas provisórias situadas em 66 lotes de 9 hectares cada um;
5. Marques, com 245 habitantes, constituindo 59 famílias italianas e 2 brasileiras;
6. Entre Rios e prainha, com 189 habitantes italianos;
7. Cabrestante (Não chegou a ser colonizada devido a serem suas terras demasiadamente acidentadas);
8. Rio Sagrado, com 180 habitantes;
9. Ipiranga, com 145 habitantes;
10. Graciosa, núcleo menos importante da colônia Nova Itália com apenas 9 famílias com 28 pessoas
11. Zulmira, com 33 lotes dos quais somente 9 ocupados por igual número de famílias com 45 pessoas. Os demais lotes foram rejeitados por serem muito acidentados e pedregosos;
12. Turvo, último núcleo demarcado e colonizado em Nova Itália, ficava a esquerda do Rio Cachoeira e por conseguinte no Município de Antonina.

FIGURA 04 – Casarão dos Malucelli



Fonte: Instituto Mirtillo Trombini. (Casarão Malucelli)

5 PROVÍNCIA DO PARANÁ

No ano de 1808, a chegada da família real ao Brasil, fugidos de Napoleão Bonaparte, resultou em diversas mudanças na política brasileira, o estado do Brasil foi transformado em reino e posteriormente em Império, a Capitânicas se tornaram Províncias subdivididas em distritos judiciários e Comarcas.

O território paranaense após estas transformações estava sob tutela paulista, sendo denominado como 5º comarca, com sede em Paranaguá. A partir dos desmembramentos de Minas Gerais, Goiás, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Mato Grosso na primeira metade do século XVIII, passou a ser a única região pertencente a São Paulo.

Enquanto o território paranaense era Comarca de São Paulo, não havia uma estrutura competente para as exigências administrativas da região. A segurança era péssima, não havia escolas, nem professores suficientes para a população. A justiça era mal aplicada e lenta. Os serviços públicos eram precários. Verbas eram desviadas e, além disso, a Comarca sofria com pesados tributos pagos tanto para o Império, quanto para a província de São Paulo (Priori, 2012).

Toda essa situação gerava insatisfação na elite paranaense, surgindo assim os primeiros movimentos prol liberdade político administrativa. Em 1811 o então representante da Câmara de Paranaguá, Pedro Joaquim de Sá, apresenta a Don João VI as possíveis vantagens da emancipação do Paraná. Este ato é datado como a primeira tentativa de desmembramento político do território paranaense.

Porém o plano não se concretizou, pois a 5ª comarca foi declarada como insuficiente financeira e socialmente para ter autonomia, por isso necessitava da tutela da província paulista.

Apenas 10 anos depois em 1821, houve o segundo movimento em busca da emancipação, no ato conhecido como “Conjura Separatista”. De acordo com Campinas (2005, apud Priori), o personagem principal desse movimento foi o Capitão Floriano Bento Viana que, aproveitando-se do ato de juramento à constituição do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, apresentou a vontade de emancipação do povo paranaense frente às autoridades paulistas. O juiz-de-fora presente em Curitiba para tal evento, Antonio Azevedo Melo e Carvalho, foi veemente ao pronunciar que ainda não era tempo da emancipação, pois os interesses paulistas deveriam prevalecer sobre os da 5ª Comarca. Diante disso, os membros da Conjura se intimidaram, fazendo com que a ação não prosperasse. Inclusive, foi aberto um inquérito para investigar os responsáveis pelo movimento e alguns de seus líderes foram perseguidos.

O Paraná teve participação importante nas crises de regência do império, principalmente na revolta farroupilha em 1838 onde as forças da então comarca de Curitiba foram decisivas na ocupação de Lages, bem como na derrota da sedição de Sorocaba em 1842, foram eventos importantes que contribuíram para a emancipação do Paraná.

Apenas em 1853 por conta da ascensão da cultura da erva-mate e do tropeirismo, aliada a forte influência política dos grandes proprietários de terra, o Paraná conseguiu sua emancipação de São Paulo, sendo criada assim a Província Paranaense.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisar o trabalho como um todo, alguns apontamentos se tornam claros, é visível que as principais transformações ocorridas no município não foram voltadas para a população em geral, mas em detrimento de uma pequena parcela da população denominada por diversos autores como “classe dominante”(Oliveira 2005).

A formação da burguesia paranaense tem sua base no sistema capitalista, em primeiro momento na mineração, uma vez que o ouro encontrado na região teve pouca representatividade quando comparado a outros locais, como Minas Gerais. Mas foi a primeira forma de acumulação de riquezas para famílias influentes da província paulista, com a decadência da atividade aurífera surge as primeiras estruturas comerciais com a produção de farinha de mandioca, engenhos de aguardente e arroz, estes possibilitam exportações via porto de Paranaguá, essa formatação econômica baseada no acúmulo de capitais previamente existentes, permite a utilização do financiamento e o deslocamento de capitais para a construção da economia exportadora de erva mate formada por senhores de engenho, grandes fazendeiros, empresários e pessoas ligadas a conjuntura política da província.

A vinda de imigrantes era outra fonte de modernização burguesa, muitos eram provenientes de regiões industrializadas e traziam a mentalidade e o “saber como” característicos da modernidade e do individualismo empreendedor burguês. (Oliveira, 2005, p 59)

É importante ressaltar o papel de Morretes nesse processo de estruturação da classe dominante, o município serviu de base para todas essas ações, pelas diversas questões tratadas no artigo, famílias de maior aporte financeiro construirão seus bens e são parte representativa na política e na economia até os dias de hoje. “A Influência das grandes famílias da classe dominante com sua órbita-privada no controle do público através da

patronagem, do clientelismo, dos privilégios, dos favoritismos e da corrupção é notória e endêmica no Brasil.” (Oliveira, 2005, p 235)

Analisar estas relações nos permite compreender a estrutura política do Brasil, sempre voltada para interesses da classe dominante, uma vez que esta classe se mantém no poder de geração em geração, de época em época, tais relações são facilmente observadas em esferas nacionais, estaduais e municipais, afinal mudam os atores, mas as famílias continuam.

7 REFÊRENCIAS

ANDREZZA, M e NADALIN, S. O Cenário da Colonização no Brasil Meridional e a Família Imigrante. **Revista brasileira de estudos populacionais**. V, 11, n. 1. 1994, p. 66

BARROS, J, A. Os Campos da História – uma introdução às especialidades da História. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n 16, p. 17-35, 2004.

BERLOFFA, V, O; LUCAS, M, A; MACHADO, M, C. **Do Ouro ao Café : Primeiros Ciclos Econômicos Responsáveis pela Ocupação do Estado do Paraná**. Seminário de pesquisa da PPE, Universidade Estadual de Maringá. 2013.

BONDARIK, R; KOVALESKI, J, L; PILATTI, L, A. **A Produção de Erva-Mate e a Iniciação Industrial do Paraná**. 19º Congresso Internacional de Administração. Ponta Grossa. 2006

CARNEIRO, C, B. **O Museu Paranaense e Romário Martins: a busca de uma identidade para o Paraná**. 3º Ed. Curitiba; Edição por Demanda. 2013.

CORRÊA, A, S. **Alfredo Andersen, um Norueguês Caboclo no Brasil Diferente**. 38º Encontro Anual da Anpocs, 2004.

FILHO, A, P, Q. Sobre as origens da favela. **Revista de Geografia da UFC**. Vol. 10, num. 23, 2011. PP 33-48. São Paulo.

Fundação Nacional do Índio – FUNAI. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/terras-indigenas>> Acesso em: 03/12/2016

GOFF, J. **História e memória**. Campinas, Unicamp, 1990. 475 p.

GOMES, S, A, R. **Estratégias de Integração Social: a trajetória de Antônio Vieira dos Santos na Vila de Morretes (1814-1851)**. 5º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. Universidade Federal do Paraná.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/v4/brasil/pr/morretes/panorama>>. Acesso em: 22/11/2016

JÚNIOR, L, F, C. **Diagnóstico Socioeconômico do Município de Morretes**. Universidade Federal do Paraná, Matinhos, 2012.

MACHIOSKI, F, L. **A Preservação da Identidade Cultural em um Grupo Imigrante Italiano, Curato de Colombo, 1888-1910**. UFPR. 2015. Curitiba.

MARCHIOSKI, F, L. **Colonos Morigerados e Laboriosos: o papel da imigração italiana no Paraná.**UFPR. 2015. Curitiba.

MARTINS, R. **Quantos Somos e Quem Somos.** V 1, pg 173, 1941.

MENDONÇA, J, M, N. Revisitando a história da imigração e da colonização do Paraná provincial. **Revista Antíteses**, V 8, n 16, p 204. 2015.

MIGUEL, M, E, B; KLENK, H. **A Instrução Publica na Província do Paraná: reflexões a partir dos relatórios de 1854 a 1874.** IX Congresso Nacional de Educação. PUCPR, 2009. Curitiba.

MORRETES, Prefeitura Municipal, 2012. Disponível em:
<<http://www.morretes.pr.gov.br/prefeitura/secretarios.html>>. Acesso em: 17/01/2017

NARITOMI, J. **Herança Colonial, Instituições e desenvolvimento: um estudo sobre as desigualdades entre os municípios brasileiros.** Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2007.

NISHIKAWA, R, B. **As Colônias Formadas na Província do Paraná na Segunda Metade do Século XIX.** VII Encontro de Pós Graduação em História Econômica e 5º Conferência Internacional de História Econômica. 2005.

NISHIKAWA, R, B. **Terras e Imigrantes na Colônia Assunguy. Paraná 1854-1874.** 2007. 157 f. Dissertação (Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas) Universidade de São Paulo. São Paulo. 2007.

OLIVEIRA, R, C. **O Silêncio das Genealogias: Classe Dominante e o Estado do Paraná.** 2000. 495 f. Tese (Doutorado em Sociologia,instituto de Filosofia e Ciências Humanas) Universidade Estadual de Campinas. São Paulo. 2000.

Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Turismo. Histórico do Município. Morretes, 2005. 91p.

PRIORI, A. et al. **A emancipação política do Paraná.** SCIELO; p 15-22. Maringá, 2012.

QUEIROZ, A,P.Sobre as Origens da Favela.**Revista de Geografia da UFC.** V 10, n. 23. 2011, p. 33-48

RAMBO, A, B. **O Teuto-brasleiro e sua Identidade.** Florianópolis, UFSC, 2003, pg. 63-92.

ROLIM, L, N; SALOMÃO, M, C; FARIAS, R, C. **A Questão Indígena no Brasil.** UNICAMPI, Campinas. 2013

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção.** São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2006

SANTOS, A, V. **Memória Histórica, ChronologicaTopographica, e Descriptiva da Villa de Morretes e do Porto Real.** V 1, pg 509, 1851.

SANTOS, A, V. **Memória Histórica, ChronologicaTopographica, e Descriptiva da Cidade de Paranaguá e seu Municipio.** V 1, pg 405, 1850.

SHIMADA, S, O. **Cana-de-Açúcar e a Lógica do Capital : uma análise a partir da região da Cotinguiba em Sergipe.** XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária. São Paulo. 2009. PP. 1-16.

THOMPSON, P. **A voz do passado.** São Paulo:Paz e Terra, 1992.

8 ANEXO 1 - MEMORIAL DE TRAJETÓRIA ACADÊMICA

PROJETO DE APRENDIZAGEM

Confesso que o PA (projeto de Aprendizagem) e o ICH (Interações culturais humanísticas) me assustaram um pouco no começo, até então não havia tido experiências que necessitassem exercitar minha autonomia dessa forma. Nas primeiras oficinas de introdução ao PA, milhares de idéias começam a surgir e me deparo com a primeira dificuldade, passar para o “papel”, centralizar um tema específico e trabalhar em cima dele, minha maior dificuldade era de simplesmente escolher um tema diante de vários que surgiam em minha mente. Logo o módulo de introdução ao PA foi chegando ao fim e os próximos semestres já seriam dedicados a mediação, lembro que em um desses encontros já no final do primeiro semestre o professor Marcos Gernet apresentou o seu projeto de aprendizagem de quando ainda era aluno da turma de 2005 de Gestão Ambiental, em sua fala sobre os sambaquis que era um assunto que já me fascinava surgiu minha primeira convicção, meu PA seria sobre sambaquis.

Nas primeiras mediações muitas idéias e empolgações começaram a tomar forma, após as primeiras pesquisas a primeira proposta é fazer um memorial com todos os sambaquis do litoral do Paraná, com o passar do tempo o PA vai evoluindo tomando outros rumos, e logo o foco muda, diminuimos a área de abrangência para Morretes, escolhi esse município em especial por morar e me identificar como parte daquele local. Procurei na época fazer um mapeamento dos sambaquis no município, diante das dificuldades de se localizar os menores sambaquis e de ver o estado de conservação deles, mais uma vez meu PA mudou o título agora minha pesquisa seria voltada a conservação dos sítios arqueológicos do tipo sambaqui no município de Morretes, mas novos problemas surgiram, principalmente o termino de contrato do professor Marcos com a UFPR litoral paralisaram minhas pesquisas, outro problema era a falta de informação, nem mesmo a prefeitura de Morretes tinha a localização ou inventario dos sambaquis no município decidi que iria terminar essa pesquisa em outro momento.

Após encerrar meu antigo PA demorei um semestre para começar outro depois do módulo sobre turismo ministrado pelo professor Marcelo Chemin em que discutimos os diferentes modelos de turismo no litoral, durante o módulo mais especificamente no trabalho final onde apresentamos o modelo de turismo em Morretes me provocaram algumas questões, por exemplo, como se estabeleceu aquele tipo de turismo? quem se beneficia mais com essa atividade? Sabendo que o grande atrativo turístico além do ambiente bucólico era o gastronômico e que este pólo é reservado a alguns restaurantes de famílias tradicionais do município, resolvi que iria mais a fundo nessas questões, de encontro com isso no programa de extensão Farinheiras do Litoral do Paraná estávamos começando a pesquisar junto ao coordenador do projeto professor Luiz Fernando de Carli Lautert que seria meu orientador daqui em diante, como se deu o uso e ocupação do solo no litoral logo comecei a perceber que as mesmas famílias estavam presentes nos maiores acontecimentos ao longo da história foi então que fui apresentado em uma conversa informal com a professora de história Rose Romanel a quem deixo meus mais sinceros agradecimentos, a tese de Doutorado de Ricardo Costa de Oliveira intitulada O Silêncio das Genealogias: Classe Dominante e Estado do Paraná (1853-1930), essa tese me elucidou e norteou para aquele que seria realmente meu PA, junto a outros autores me deram aporte para uma nova pesquisa, saindo da linha do turismo e mais especificamente fazer um recorte histórico dos principais acontecimentos ou eventos que modificaram e transformaram o Município.

VIVÊNCIAS

Para falar sobre as vivências, primeiro devo fazer um breve relato de como foi minha trajetória “profissional” durante o curso. Quando ingressei no curso de Gestão Ambiental, logo percebi que tudo era diferente, fui informado por colegas veteranos do curso sobre os diversos projetos desenvolvidos no setor e que poderia tentar alguma bolsa, o primeiro projeto que participei foi pelo programa Laboratório Móvel de Educação Científica mais especificamente no projeto conhecer para preservar. Considero minha passagem pelo LabMovél

fundamental na minha formação, conheci pessoas incríveis que me ajudaram e contribuíram bastante no meu início acadêmico.

Após um ano depois de muita insistência de um colega que dizia que o programa precisava de pessoas que vinham do campo para atuar nos projetos, migrei em 2012 para o Programa Farinheiras do Litoral do Paraná coordenado pelo professor Luiz Fernando Lautert e pelo professor Valdir Denardin. O programa consistia basicamente na reestruturação das farinheiras comunitárias de duas comunidades no município de Guaraqueçaba, o projeto era dividido em quatro projetos que dialogavam entre si, fiz parte do projeto Processos Agroecológicos de Produção e Industrialização de Farinha de Mandioca no Litoral do Paraná, onde buscávamos alternativas frente as diversas problemáticas enfrentadas pelos agricultores da região. No ano de 2014 o projeto atingiu seus objetivos e foi encerrado, logo iniciamos outras pesquisas relacionadas aos processos históricos de uso e ocupação do solo em Guaraqueçaba, ao todo foram quatro anos atuando nos projetos junto às comunidades, quatro anos de muito aprendizado que construíram minhas vivências profissionais durante todo o curso.

INTERAÇÕES CULTURAIS E HUMANÍSTICAS (ICHs)

É preciso certo tempo, para quem vem de um ensino tradicional compreender o espaço que a UFPR Litoral disponibiliza e acredito eu que esse espaço se traduz melhor nas ICHs mesmo tendo participado de alguns debates onde estudantes se colocavam contra e outros a favor, agora que estou entrando na reta final da minha vivência universitária, posso afirmar com toda certeza que esse espaço é e foi fundamental para minha formação, abaixo listo os ICHs em que pude contribuir um pouco com minhas percepções e entendimentos.

ICH Boxe : Primeira semana de faculdade, começa a dúvida, um ICH teria que ser escolhido, confesso que não fazia ideia do que era o ICH e para que servia, logo me vi em vários assuntos completamente diferentes um dos outros, fui olhando de sala em sala e entrei na que me chamou mais atenção, boxe era o

que estava escrito no quadro, neste período os alunos tinham três semanas para proporem uma ICH, se organizarem e convidar um professor para mediar os encontros, nunca tinha participado de um momento como esse então procurei o que mais me deixou curioso!! Boxe? Será isso mesmo? Esse é o módulo que posso escolher? Orientados pelo professor Almir Andrade, as três primeiras semanas foram de planejamento, esse período foi fundamental para me adaptar a essa nova forma de estudo e fundamental para compreender este espaço e qual a sua importância na formação dos alunos da UFPR Litoral.

Trilhas: Mediado pela Professora Cristiane, com muita disposição, alegria e uma pitada de aventura, foi o ICH mais radical que frequentei, nos primeiros encontros foi feito um levantamento dos principais pontos de ecoturismo nos municípios do litoral, bem como o planejamento de saídas, entre os locais visitados, destaque para a prática de boi cross no famoso Rio Nhundiaquara em Morretes, visita ao Salto Morato em Guaraqueçaba, Ilha do Mel em Paranaguá e a cachoeira da Quintilha em Matinhos onde foi feito pelo grupo um teste simples para verificar a qualidade da água do rio, neste ICH também tive a oportunidade de construir junto ao grupo um zoneamento ambiental do litoral do Paraná, de acordo com nossas percepções e perspectivas, sempre com cunho ambiental os diálogos nas saídas reforçava a importância da conservação do meio ambiente e de se manter conectado com essas atividades. Ao final foi produzido em mini documentário para ser apresentado no festival de interações culturais humanísticas.

Café com Documentários: Buscando a problematização das questões ambientais com orientação da professora Juliana Quadros, a cada encontro um documentário provocativo e as vezes polemico era exibido complementado com guloseimas e bebidas que abasteciam nossas manhãs de quarta-feira, sempre relacionado às questões ambientais de esfera global os documentários nos forçavam diversas reflexões e apontamentos, ao final de cada encontro outros documentários eram sugeridos e escolhidos pelo grupo.

Saúde Ambiental: Continuação do módulo de saúde, mas agora, com auxílio dos conhecimentos de colegas do curso de saúde coletiva, mediado pelo professor Daniel Canavese, o que motivou a escolha dessa ICH foi, em primeiro lugar, o ótimo módulo ministrado no semestre anterior, além da oportunidade de sanar algumas lacunas que não foram observadas pelo pouco tempo disponível para tratar de assunto tão complexo.

Capoeira : Nesse ICH pude conhecer um pouco dessa expressão de arte chamada de capoeira, orientados pelo professor Carlos Belz, que ao longo dos encontros se mostrou excelente praticante e conhecedor desta junção de dança e artes marciais, percorri a cada encontro a este enorme afloramento de cultura africana, que dos tempos do Brasil escravocrata e talvez até os dias de hoje é mais do que uma luta ou uma dança é a expressão da liberdade e de esperança, reconhecida como Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO, expressa a cima de tudo a identidade e a diversidade do povo brasileiro.

Oficina de Direitos Humanos: este ICH em geral foi especial por ter sido idealizado em sala de aula com os colegas de curso Bruno Gurgatz, Elaine Paduch, Larissa Campos e Sidney Vikol, para percorrer por tal assunto polêmico para mediar os encontros o professor do Curso de Gestão Ambiental, graduado em Direito Eduardo Harder, que aceitou o pedido prontamente. O Objetivo inicial estava pautado na sensibilização da temática e o reconhecimento do seu campo conceitual, dentre os assuntos abordados estavam maioria penal, período Militar, liberdade de expressão, manifestações populares, infrações internacionais, questões agrárias e programas sociais, desmilitarização das Polícias, escravidão, trabalho infantil, direito ao trabalho, pena de Morte, questões indígenas, mega-eventos , sistema carcerário brasileiro, entre outros que surgiam de acordo com os debates.

ICH Populações Tradicionais do Brasil: Lógicas produtivas e socioambientais: Sob a mediação do professor Lorival, abordamos ligeiramente as populações distintas culturalmente no plano das chamadas populações tradicionais no

Brasil, sob a metodologia de que a cada encontro iríamos abordar um grupo que se reconhece e se encaixa na categoria de tradicional atualmente, conheci uma série de concepções e maneira de se organizar que em muitos casos lembram as organizações indígenas e sua intrínseca relação com o meio ambiente.